

UMA REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LATINO -AMERICANA

Juliana Franchi da Silva¹
Luciane Cristina Carvalho²

RESUMO: Na literatura econômica, o termo integração não possui um significado muito claro e na maioria das vezes, tem tido uso múltiplo e indiscriminado. Devido a isso, surgiu a necessidade de muitos estudiosos se interessarem pelo tema. Para entendê-lo, deve-se então, partir de alguns componentes que são considerados substanciais. Nas últimas quatro décadas, a América Latina experimentou quase todos os tipos de integração regional. Apesar dos diferentes contextos político-econômicos, os objetivos perseguidos por estas tentativas foram basicamente os mesmos, isto é, ampliar os mercados, melhorar alocação dos fatores de produção e a infra-estrutura econômica, fomentar a implantação de novas tecnologias, dar maior disciplina à política econômica do governo e por fim, promover o crescimento econômico.

PALAVRAS – CHAVE: Integração, Mercosul, América-Latina, União Aduaneira.

¹ Licenciada em Filosofia – Licenciatura Plena, Bacharel em Ciências Econômicas, Especialista em Pensamento Político Brasileiro, aluna do Mestrado em Integração Latino-Americana, pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, RS.

² Bacharel em Ciências Econômicas, aluna da Especialização em Estatística e Modelagem Quantitativa, aluna do Mestrado em Integração Latino-Americana, pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, RS.

1 INTRODUÇÃO

Há muitos estudos e escritos acerca do processo de integração latino-americana, tanto no que se refere as virtudes como também, no que se refere as suas deficiências. Todas as análises enfocam aspectos econômicos-comerciais ou estruturais.

O processo de integração econômica está vinculado a um movimento mais amplo de reestruturação de forças que redesenham o quadro da política, da economia, das finanças e do comércio mundial.

Discutir a integração latino-americana é uma prática indissociável de uma análise sobre os efeitos dessas mudanças na realidade interna e sobre a posição da sociedade como atores no cenário global.

Frente a essa tendência destaca-se o Mercado Comum do Sul (Mercosul), como forma de integração regional, com o propósito de fortalecer os países vizinhos. Esse bloco é um desafio a inserção desses países na economia mundial.

A compreensão do processo de integração econômica não consiste em ser um fato isolado, mas perfeitamente ajustado ao contexto político e econômico da América do Sul. Daí, a importância de ter uma visão abrangente da questão.

2 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA: UM BREVE COMENTÁRIO

A palavra integração em seu uso cotidiano denota a união de partes dentro de um todo. Na literatura econômica, o termo integração não possui significado tão claro. A integração econômica pode ser definida como um processo e como uma situação das atividades econômicas.

De acordo com Balassa a integração é:

Considerada como un proceso, se encuentra acompañada de medidas dirigidas a abolir la discriminación entre unidades económicas pertenientes a diferentes naciones; vista como una situación de los negocios, la integración viene a caracterizarse por la ausencia de varias formas de discriminación entre economías nacionales.(1980, p.1)

Mas, para que a definição possa ser interpretada, o autor diz que deve-se fazer uma distinção entre integração e cooperação, uma diferença tanto de caráter qualitativo como quantitativo.

A palavra integração tem tido uso múltiplo, até mesmo indiscriminado e confuso. Disso tem participado alguns estudiosos do tema. Ao longo do tempo e fundamentalmente desde a experiência da Comunidade Econômica Européia (CEE), muitos autores vem procurando dar-lhe precisão e limitando seus alcances, sem que haja desaparecido tal confusão. Por isto, quando se trata de encontrar uma definição, deve-se recorrer a numerosos autores, já que cada definição encerra parte de uma ideologia, de um modelo de integração e, a seleção, possui um grande conteúdo subjetivo de acordo com o que se escreve.

Segundo Schaposnik (1997), deve-se partir de alguns componentes que são considerados substanciais. Em primeiro lugar, a integração trata de um ato consensual; em segundo lugar, adota um critério diferente do tradicional no que diz respeito a soberania das nações; em terceiro lugar, o acordo supera o simples tratado comercial; em quarto lugar, que essa unidade gradual pode chegar a fundir os países em uma só nação; em quinto lugar, pode-se concordar que em geral trata-se de acordos entre países fronteiriços, porém, na realidade a velocidade das comunicações pode chegar a superar este conceito.

Para esse autor, a definição mais completa diz o seguinte:

A integração não é outra coisa senão o processo de unificação de uma sociedade que trata de transformar ou adequar seu sistema econômico, político e cultural para fazer frente às novas necessidades sociais. A integração tem diversos aspectos. Por um lado, unificar uma sociedade é antes de tudo suprimir ou atenuar os antagonismos que a dividem, por fim as lutas que atual ou potencialmente a afetam ou a destroem restando-lhe possibilidades de crescimento. Porém, integrar uma sociedade não consiste só em suprimir os antagonismos que a afetam mas, também, desenvolver as solidariedades que a unem. (Shaposnik apud Lagos, 1997, p.190)

O fato de duas ou mais economias manterem diversas formas de interação não implica que entre elas haja integração no sentido específico habitualmente considerado na literatura econômica.

Na visão de Baumann (1987), o termo integração é reservado para caracterizar, um processo político entre governos nacionais, visando reduzir, parcial ou totalmente, as barreiras (tarifárias ou não-tarifárias) que limitam o comércio recíproco. Tal processo pode ou não incluir acordos relativos às barreiras dos países signatários em relação ao resto do mundo, e o âmbito da integração pode ser bilateral ou multilateral, incluindo apenas uma parte ou a totalidade dos bens potencialmente transacionáveis entre os membros da Comunidade.

Esse mesmo autor diz que há tipos distintos de modelos de integração, que são a Área de Tarifas Preferenciais, a Área de Livre Comércio, a União Aduaneira, o Mercado Comum e a União Monetária ou Econômica.

Dessa forma, "para que os objetivos da integração se materializem como convém aos interesses regionais é preciso enxergar de frente a realidade, identificar os obstáculos e trabalhar duramente para superá-los."(Baumann, 1987, p.9)

Entretanto, o relançamento da idéia de integração, por outros caminhos mais promissores, é um fato animador e deve ser incentivado.

A idéia de integração da América Latina chegou a um ponto que poderia ser considerado como final, a não ser pela subsistência de alguns organismos que, muitas vezes perderam mais que as próprias idéias que os criaram. "E acaba sendo uma ironia que os pensamentos mais nobres, já produzidos na nossa América, tenham carecido da vitalidade necessária."(Schaposnik, 1997, p.10)

O autor acima citado diz que é necessário analisar a fundo porque este sentimento, tão arraigado a ponto de renascer constantemente mesmo com a crise enfrentada, não contou com o apoio popular. É necessário determinar quem se opôs à integração, na realidade, não em forma de manifesto, mas por indiferença ou inapetência, e porque se mantém no isolamento das nações, vítimas do mesmo modo de despojo no nível internacional, assim como saber porque surgiram tantos conflitos que poderiam ter chegado, em muitos casos, ao enfrentamento armado.

As elites dirigentes que apoiaram a integração no campo político, intelectual e gremial não puderam definir plataformas suficientemente convincentes para motivar as maiorias nacionais. Conscientemente, nenhum trabalhador poderia supor que a ALALC resolveria seus problemas ou introduziria mudanças substanciais que contribuíssem para o desenvolvimento de seus países. Nas nações não ocorreram forças sociais ativamente

favoráveis. Enquanto isso, as forças totalitárias que maneжaram durante muito tempo o arsenal ideológico dos países desvalorizaram estas vias e dividiram a região com critério geopolítico, nem sempre incompatível, mas na forma apresentada resultava inconciliável como idéia da unidade.

Nas últimas quatro décadas, a América Latina experimentou quase que todos os tipos de acordos de integração regional. Apesar dos diferentes contextos político-econômicos deste período, os objetivos perseguidos por estas tentativas de integração econômica foram basicamente os mesmos: ampliar os mercados, melhorar alocação dos fatores de produção e a infra-estrutura econômica da região, fomentar a implantação de novas tecnologias, dar maior disciplina à política econômica do governo e promover o crescimento econômico.

Ao atingir tais objetivos esperava-se que:

(...) resultassem dois efeitos de longo prazo, que eram o aumento do poder de barganha dos países (por atuarem como bloco) e a aceleração da especialização intersetorial, para obtenção de ganhos de escala na produção, gerando excedentes exportáveis e redução dos custos internos para a população, de acordo com suas vantagens de competição dos países. Deste modo a união aduaneira aumentaria o bem-estar da população, através da criação de uma zona de livre comércio e uma tarifa externa comum ao bloco. (...) Por fim, o maior poder de barganha que se acreditava nascer da união comercial da AL não se consolidou, assim como não se verificou a especialização da produção em cada país. (Súmula Econômica, 1998, p.25)

Torna-se difícil distinguir quando a falta de apoio popular se deve a uma diminuição da crença na própria idéia de integração ou quando se trata de um declínio do modelo empregado. O que resulta evidentemente é que a maior parte das camadas sociais tem julgado pelos efeitos negativos registrados. A crise se acentuou, caíram as exportações, também o comércio intra-regional, chegando-se finalmente ao estancamento da economia e ao indvidamento vertiginoso, acentuou-se a dependência e exibiu-se uma série de fenômenos negativos que fez aflorar um sentimento de ceticismo, afastando até os pensadores sociais e políticos.

De acordo com Schaposnik (1997), a crise dos sistemas de integração obriga a fazer uma outra proposta inicial, isto é, recontar as convergências e os ganhos, aproveitar as experiências e iniciar um modelo alternativo que supere as deficiências do

atual. Mas simultaneamente, deve-se adotar, ao máximo, a decisão política de fazer um novo chamado fundacional. O sistema de remendos e de emendas conseguirá apenas retardar, talvez definitivamente, corrigir alguns aspectos secundários que não vão ao âmago da questão e esterilizar um crescente movimento que está acontecendo em todos os países para uma maior aproximação entre os povos. O procedimento converte-se então, neste caso, em algo tão importante como o cerne da questão.

Quando se fala de formação de um mercado comum latino-americano, tal como sucedeu no Mercado Comum Europeu, as dimensões do processo de integração devem ser politicamente dignas de crédito. As formas comerciais isoladas, sem outra conotação, não respondem às aspirações de integração. "Para que exista um mercado comum é necessário que uns cedam a outros, outros recebam de um, tudo isso limpo e sem reclamações posteriores. Mas a longo prazo, todo mundo sai ganhando em uma comunidade como a que temos e queremos: isso não é mais que justiça."(Shaposnik, 1997, p.15)

Há que se pensar que a conveniência econômica, é uma parte da integração, mas mesmo assim, não importa que a integração seja definida e manejada pelos homens de negócios de forma exclusiva, senão que é coisa de todos os homens da sociedade, que fundou suas esperanças para que o nível de vida aumente, mas também os níveis sociais, políticos, e se potencie o poder de decisão dos países para obter uma real soberania.

Shaposnik (1997) fez um resumo das causas da aceleração da crise dessas ações de integração e atribuí tais aspectos que são:

- a situação crítica ao desenvolvimento dos países;
- ao declínio do comércio exterior e maior incidência dos serviços financeiros da dívida, que provocaram o estrangulamento do setor externo;
- a situação política da região e o predomínio de fatores geopolíticos;
- ao afrouxamento do afeto societário;
- ao fracasso de projetos ao limitá-los a simples intercâmbios comerciais;
- ao defeito de instituições sem condições suficientes para auto-impulsionar o avanço da política integrativa;
- a falta de uma ação ao nível político dos países;
- ao desinteresse dos setores populares fundado na limitação do modelo;
- a transnacionalização crescente das economias periféricas;

- a falta de definição clara do modelo que levou a equívocos desvirtuadores do que se havia proposto no princípio;
- a inexistência de um alto grau de idealismo e de ganhos concretos que permitiriam visualizar resultados;
- ao não-aproveitamento de situações chaves, como agressões externas, como o caso das Malvinas que comoveu a mentalidade popular.

Segundo Barbosa (1991), atualmente surge uma intensificação das ações dos Estados para assegurar a proteção de seus interesses, em um contexto internacional que atinge grande complexidade, devido ao desmantelamento do sistema bipolar de poder e à incerteza quanto à conformação das novas regras de convivência internacional no campo político, econômico, comercial e financeiro. A ação política dos Estados atualmente está ligada à sua sobrevivência econômica em um mundo onde se torna cada vez mais competitivo e conflitivo.

Na América Latina subjaz a idéia dos conflitos emergentes como o de identidade e história, de religião, de línguas, de culturas, mas as expectativas diferem e as tensões sociais tem distintos graus de intensidade. As características de unidade consistem mais em que a América Latina é considerada como um povo insultado, postergado, saqueado, sem projetos concretos para emergir do subdesenvolvimento e se inserir na ordem internacional. A riqueza potencial de suas reservas naturais de pouco serviram frente a aplicação de técnicas que as relegam estrategicamente a um plano secundário.

O conflito apresenta-se entre os setores sociais internos e entre grupos que exercem o poder em diversos países. A indústria desenvolveu-se inadequadamente pela existência de um mercado reduzido, mas as forças que pugnam por redimensioná-lo chocam-se com a resistência empresarial. O estado da evolução capitalista de cada país é heterogêneo e esta dificuldade é mais séria que a existência das diferenças lingüísticas. Os monopólios excluem outros monopólios. A intermediação divide os mercados ao invés de uni-los.

Pensou-se que a integração, por si mesma, fazia avançar o desenvolvimento e de acordo com isso, tentava-se copiar o modelo clássico de desenvolvimento capitalista avançado, sem pensar nas diferenças existentes, tanto históricas como estruturais, entre a Europa, Estados Unidos da América do Norte e América Latina.

Aplicaram-se critérios de crescimento economicista e não de desenvolvimento, desprezando o social e o político, como se o social e o político devessem vir automaticamente a partir da melhora dos índices de produção.

O desenvolvimento não foi pensado como projeto global porque cada país encarou um projeto custoso e duplicador de esforços. Tampouco se tentou superar o dilema nação-religião. Os enfoques e métodos foram limitantes. Foram se restringindo às obrigações deixando todo o jogo das leis de mercado. Deixou-se também para que o comércio buscasse uma maior produtividade, complementaridade, operacionalização de fatores, economias de escala, inovação tecnológica, racionalização do trabalho e equilíbrio do desenvolvimento entre países.

Segundo Schaposnik (1997), se o sistema de compra latino-americano houvesse sido instrumentado pelo setor público, o incremento de produção e de comércio teria sido notável. Através de crônicas da época e por escritos posteriores se tem a impressão que a idéia de integração nunca pode ser resistida abertamente, mas tampouco existiu uma decidida vontade política para obter fórmulas mais avançadas. Segundo o modo de ver, a integração latino-americana contou com a neutralidade das potências mundiais, mas ignora-se o que criou a indiferença desses países foi a simples fórmula da zona de livre comércio, já que entenderam não existir uma integração real dos países.

A ALALC não afetou a divisão internacional do trabalho, a livre ação das corporações transnacionais, as relações de intercâmbio, as deficiências estruturais que seguem favorecendo aos setores dominantes na região. Mais tarde a ALADI também não atuaria na questão da dívida externa³.

Mesmo o Pacto Andino que tinha uma dinâmica muito superior ao processo da ALALC decaiu no começo da década de oitenta pelo avanço das idéias neoliberais. O processo de desintegração começa formalmente em 1980, mas já antes uma paralisia havia invadido o corpo dos organismos de integração.

Portanto, o modelo adotado, por obra do grau de integração estabelecido, não contemplava a atitude de terceiros países, especialmente dos desenvolvidos, que com o correr do tempo intensificariam a proteção para seus produtos, especialmente quando

³ De acordo com Machado (2000), o fracasso das iniciativas de integração na América Latina, ancoradas nos acordos da ALALC de 1960 e da ALADI de 1980, contrasta com o êxito das negociações no Mercosul, pois a partir de meados da década de 80, o processo de redemocratização no Brasil e na Argentina, bem como a introdução de reformas econômicas de cunho liberalizante, produziu um ambiente propício para dar seqüência e implementar um projeto de integração.

começaram a produzir bens que entraram em competição com produtos básicos dos países subdesenvolvidos.

3 MERCOSUL: UM PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

A integração econômica que está inserida na nova era mundial e comercial vem ressurgindo na América Latina de maneira dinâmica e abrangente. Surge para melhorar a industrialização que se deu através do modelo substituição de importações ampliando suas fronteiras.

Conforme Muñoz (1995, p.106):

(...) a principal razão para estimular a integração original foi a sensação de que havia esgotado o processo de substituição de importações dentro das fronteiras limitadas, e que era necessário continuar a industrialização desenvolvendo atividades mais intensivas em economias de escala.

Com a necessidade de aumentar o mercado criou-se o Mercado Comum do Sul (Mercosul) ⁴ com o objetivo de desenvolver o processo integracionista por meio de um mercado comum que foi implantado ao longo da década de 90, através de uma mudança nas relações bilaterais no cenário internacional.

Segundo Machado (2000), o modelo do Mercosul pode ser caracterizado como uma integração aberta em relação a terceiros países, pois foi implantado como um programa de liberalização comercial visando a redução de tarifas progressivas, a eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias juntamente a negociação da tarifa externa comum (TEC) e a implantação da união aduaneira a partir de 1995.

⁴ De acordo com Machado (2001), foi firmado em março de 1991 pelos governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, o Tratado de Assunção, onde celebrou o acordo no qual foram definidos os elementos para a conformação do Mercosul. O principal objetivo almejado era a ampliação das dimensões dos mercados nacionais, como condição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento com justiça social na região. Tal objetivo seria alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômicas e a complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio.

Como resultado do programa de liberalização comercial que fez parte da reforma econômica lançada pelo governo brasileiro, os níveis de proteção nominal e efetiva apresentaram redução acentuadas entre 1990 a 1994. Em contrapartida, com o estabelecimento da TEC, em 1995, significou uma elevação da proteção nominal, acarretando assim, um aumento substancial nos níveis efetivos.

Pode-se observar no quadro abaixo, os níveis de proteção nominal e efetiva vigentes no Brasil juntamente com a implantação da Tarifa Externa Comum.

**QUADRO I: Brasil e Mercosul: Tarifas Nominal
e Efetiva (em percentagem)**

DISCRIMINAÇÃO	1990	1991	1992 (*)	1993 (**)	1994 (***)	1995 (TEC 1)	2006 (TEC 2)
1.prot. Nominal média simples	30,0	23,3	19,2	13,2	11,2	13,9	11,9
média ponderada	25,4	19,8	16,4	11,4	9,9	11,5	10,6
amplitude	0-75	0-60	0-50	0-34	0-25	0-55	0-20
desvio padrão	15,1	12,7	10,5	6,7	5,9	9,5	4,6
2.prot. Efetiva média simples	45,5	35,1	28,9	18,9	14,4	23,4	19,9
média ponderada	33,7	26,5	21,7	14,5	12,3	12,9	15,3
amplitude	-4,3-219,5	-3,3-225,2	-2,8-185,5	-2,0-129,8	-1,9-44,6	-1,9-270,9	-1,7-53,1
desvio padrão	53,3	39,7	32,7	21,7	9,7	45,9	9,2

Fonte: Machado (2000)

Obs.: a partir de janeiro de 1998, as alíquotas do imposto de importação tiveram um acréscimo de 3 pontos percentuais para todos os itens que compõem a TEC.

Nota: (i) a partir de 1992, o governo brasileiro acelerou o programa de redução das tarifas, implementando reformas a cada seis meses;

(ii) média ponderada pelo valor adicionada de livre comércio.

(*) alíquotas vigentes após a reforma de janeiro daquele ano;

(**) alíquotas vigentes após a reforma de junho daquele ano;

(***) alíquotas vigentes após a reforma de dezembro daquele ano.

TEC 1 = tarifas vigentes em dezembro de 1995;

TEC 2 = tarifas a vigorar em 2006, quando estiverem eliminadas as listas nacionais de exceção.

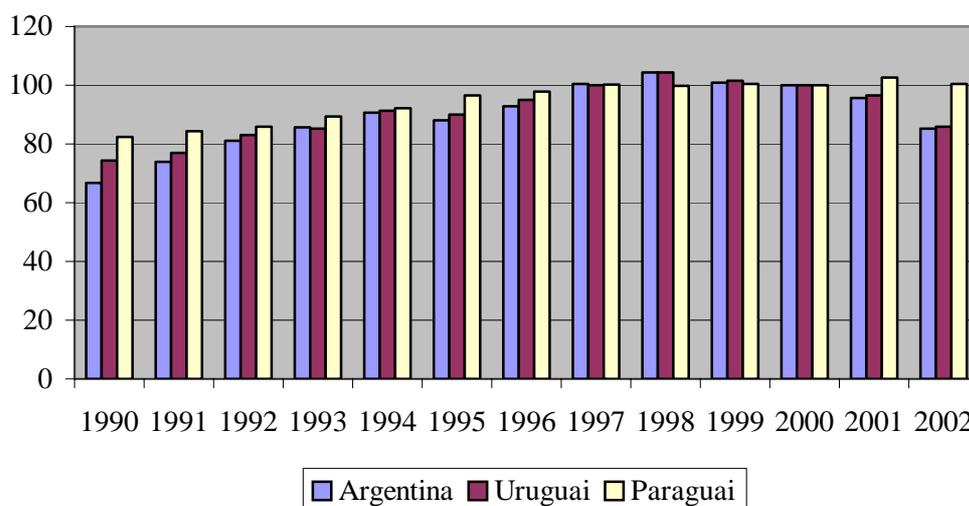
O resultado desse processo integracionista tem sido considerado positivo após mais de três décadas frustradas, pois o intercâmbio extra-Mercosul cresceu a taxas anuais médias de 10,1% e intra-regional as mesmas taxas de 24,4% ao ano, desde 1990 a 1997.

De acordo com Muñoz (1995), uma das vantagens do Mercosul para um país como o Brasil é o excelente mercado de produtos manufaturados. Cerca de 60% das

exportações brasileiras para o bloco regional são de manufaturas, enquanto 30% para a União Européia e 16% para a Ásia.

Na visão de Pinto (2001), outro benefício para o bloco, sob a formação de uma união aduaneira, está vinculado a criação de comércio, considerado como fator estático e relacionado ao aumento do consumo entre os países-membros. Adicionando-se a isso, ocorreu um incremento de renda real que apesar de ser menor que ao da União Européia são importantes e devem ser considerados.

GRÁFICO 1: Evolução do PIB nos principais países parceiros do Brasil



De acordo com o gráfico acima, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai tiveram uma evolução na renda real, isso indica que a formação do bloco implicou numa alavancagem da economia devido ao comércio. Esse fato vai ao encontro da teoria econômica, na qual o país pequeno tende a se beneficiar mais que o país grande. Também os impactos dos multiplicadores de renda da Argentina e do Uruguai sobre a renda brasileira são bem menores do que no caso inverso, quando as importações brasileiras produzem uma expansão da renda daqueles países. A exceção é o Paraguai, pois possui uma economia mais pobre, cuja renda não consegue convergir para a economia mundial.

Outro aspecto que deve ser analisado como processo de integração são os fatores dinâmicos que estão relacionados a geração de economias de escala, economias de aglomeração e localização, entre outros. No entanto, os negociadores tem negligenciado

esforços na busca de maior convergência entre as políticas industriais nacionais, pois os diferenciais nos vários países possuem tendência a concentração da indústria e a ausência de alterações no padrão de inserção internacional do Mercosul.

De acordo com Machado(2000):

Dado o caráter aberto da integração, políticas industriais convergentes deveriam desempenhar um papel ativo como instrumento de reestruturação e reconversão industrial e na definição de uma inserção internacional baseada em vantagens comparativas dinâmicas, economias de escala.

O Brasil e o intercâmbio com os parceiros do bloco representa cerca de 15,4% de sua totalidade. A evolução do comércio intra-Mercosul ocorreu com recurso de dois tipos de classificação. A primeira, está relacionada com a origem setorial, intensidade no uso dos fatores e as fontes de competitividade internacional dos diferentes tipos de produtos. A segunda, está relacionada com as exportações dos produtos industrializados.

Entretanto, o Brasil tem ampliado as suas exportações para os parceiros do bloco, como segue o quadro abaixo.

Quadro II: Exportações⁵ do Brasil para seus parceiros regionais (1990-2002)

Ano	Paraguai	Argentina	Uruguai
1990	380.483.806,00	645.139.867,00	41.666.508.492,00
1991	491.211.648,00	1.475.681.945,00	336.468.051,00
1992	543.319.917,00	3.039.983.798,00	514.165.568,00
1993	960.645.588,00	3.658.779.257,00	774.843.917,00
1994	1.053.623.226,00	4.135.864.352,00	731.988.403,00
1995	1.300.733.200,00	4.041.135.877,00	811.899.145,00
1996	1.207.305.282,00	5.170.031.615,00	810.668.220,00
1997	1.406.482.916,00	6.767.177.197,00	754.660.931,00
1998	1.249.431.149,00	6.747.108.837,00	869.979.145,00
1999	744.284.058,00	5.363.954.061,00	880.562.151,00
2000	831.784.961,00	6.232.745.675,00	669.633.551,00
2001	720.199.378,00	5.002.488.509,00	640.967.518,00
2002	558.454.695,00	2.341.866.721,00	319.185.476,00

Fonte: IPEADATA

⁵ Em Milhões US\$.

De acordo com o quadro acima, observa-se que o bloco trouxe benefícios também para o Brasil no tocante as exportações para os parceiros do bloco. Inicialmente, com a implantação do projeto do Mercosul, os países vizinhos apresentaram uma pequena parcela da importação brasileira. No entanto, como já era previsto teria um prazo de três anos para as economias se adaptarem as novas exigências do bloco. É notório que a partir de 1994, com a antecipação da tarifa externa comum e a implantação da união aduaneira em 1995, facilitaram-se as exportações. Em 1998, houve uma queda das exportações, principalmente devido a mudança do regime cambial brasileiro, além de fatores externos como a crise na Rússia e no Leste Asiático.

Nas palavras de Machado (2000, p.174):

(...) é verdadeiro afirmar que a mudança da política cambial no Brasil não violou as regras do jogo do Tratado de Assunção. Este é o principal argumento utilizado pelos negociadores brasileiros para defender a não imposição de qualquer nova restrição ao intercâmbio comercial intra-regional.

Sendo assim, a formação do Mercosul, apesar das dificuldades de implementação, constitui-se num passo importante para que seus países possam, engajar-se nas tendências em curso a nível internacional, ampliando os mercados e ganhando espaço para diversificar suas economias.

4 CONCLUSÃO

Pode-se perceber que o processo de integração da América Latina passou por constantes crises nas últimas décadas. Inicialmente, fracassou o grau de integração e o próprio modelo que foi considerado restrito. Porém, não se pode deixar que o destino da integração seja pensado somente como algo negativo entre os países.

Há aspectos políticos muito favoráveis ao processo de integração. Atualmente, a maioria dos países desfrutam de regimes democráticos e isto já é um fator de fundamental importância para que se obtenha êxito, apesar de não haver um órgão supranacional que vincule de fato as normas, sem a necessidade da internalização das mesmas, pelos países.

Ocorre que, os aspectos negativos centram-se em aspectos econômicos e sociais, que são discutíveis apesar das dificuldades existentes. Quase todos os países tem adotado internamente, a ideologia neoliberal, tem desprezado os projetos nacionais e na ordem nacional tem aceito uma maior dependência. Desse modo, uma inserção internacional mais justa e a elaboração de programas de desenvolvimento são questões muito complexas.

No entanto, o caso do Mercosul, constitui por sua vez, o único que produziu efeitos em termos de estreitamento das relações econômicas entre os países, da mesma forma, com as relações políticas, pois puseram fim nas tensões que marcaram as relações entre os vizinhos do Cone Sul. No entanto, apesar de ainda não estar completa a integração, mais avanços vem sendo conseguidos no decorrer dos anos.

Portanto, deve-se continuar buscando um crescimento e desenvolvimento social através de uma melhor integração entre os países de uma região, apesar das primeiras tentativas não terem sido bem sucedidas.

5 BIBLIOGRAFIA

BALASSA, BELA. *Teoria de la integración económica*. Ed. UTECHA, S. A . México, 1980.

BARBOSA, Rubens Antônio. **América Latina em perspectiva: a integração regional da retórica à realidade**. São Paulo: Aduaneiras, 1991.

BAUMANN, Renato, LERDA, Juan Carlos (Orgs.). **Brasil-Argentina-Uruguaí: A Integração em Debate**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, São Paulo: Editora Marco Zero, 1987.

BRANDÃO, Antônio Salazar, PEREIRA, Lia Valls (Orgs.). **Mercosul: perspectivas da integração**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LIMA, Marcos Costa. (Org.). **O Mercosul no limiar do século XXI**. São Paulo: Cortez, 2000.

MACHADO, João Bosco. **Mercosul: processo de integração, origem, evolução e crise**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MUÑOZ, Heraldo. **A Nova Política Internacional**. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

PINTO, Nuno de Figueiredo. **O Mercosul e suas conseqüências: um guia elementar sobre a integração no Cone Sul**. Indicadores Econômicos, FEE, V.29, nº1, Porto Alegre, 2001.

SCHAPOSNIK, Eduardo Carlos. **As Teorias da Integração e o Mercosul: estratégias**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

SÚMULA ECONÔMICA. FIERGS, Ano IV, nº 7, julho/1998.

IPEA. **Exportações do Brasil com destino aos países do bloco**. Endereço eletrônico: www.ipeadata.gov.br, 1990 a 2000, Acesso em: 02/05/2005.